

Governo paulista quer receber da União para saldar dívidas

por David Friedlander
de São Paulo

O governo federal não tem autoridade para exigir o pagamento de 25% das dívidas externas das estatais paulistas — avalizadas pela União —, enquanto não cumprir compromissos e dívidas assumidas com o Estado de São Paulo. A afirmação foi feita ontem pelo secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho, durante análise sobre o bloqueio de aproximadamente CZ\$ 1 bilhão depositados nas contas de seis estatais estaduais e da própria secretaria no Banco do Brasil (BB). "São Paulo também é credor do governo federal e isso deveria ter sido levado em conta", disse ele.

De janeiro a maio as companhias estatais de São Paulo deixaram de pagar cerca de US\$ 70,5 milhões, através do descumprimento de determinação federal, que fixou em 25% o pagamento do total das dívidas externas dessas empresas, com aval da União. Em função disso, a metade do mês passado até agora, a Secretaria do Tesouro Nacional determinou que o BB bloqueasse as contas das seguintes empresas: Eletropaulo, Cesp, Vasp, Metrô, Fepasa e Dersa, além da conta da própria Secretaria da Fazenda.

"Oficialmente, só fomos comunicados do bloqueio das contas da Eletropaulo, Cesp e da secretaria", afirmou Campos Filho, acrescentando que a Eletropaulo já obteve liminar na Justiça determinando o desbloqueio de seu saldo. O secretário admitiu, porém, ter conhecimento de que as contas das outras estatais também foram bloqueadas.

Campos Filho disse que o governo federal foi precipitado e agiu "inconstitucionalmente" ao bloquear as contas paulistas no BB. Argumentou que no ano passado as estatais estaduais estavam autorizadas a rolar integralmente suas dívidas externas e que, em função disso, o orçamento de São Paulo para este ano foi elaborado prevendo a rolagem de 100% dessas dívidas.

Afirmou, ainda, que, somando a parcela a ser paga das dívidas avalizadas pelo governo, com o montante das dívidas sem aval — que precisam obrigatoriamente ser pagas neste ano —, São Paulo teria de pagar cerca de 41% de sua dívida externa, o que corresponde a quase US\$ 600 milhões neste ano.

Machado de Campos Filho argumenta, também, que como o País não tem saldado seus compromissos externos, devido à moratória,



José Machado de Campos Filho

não deveria exigir a parcela da dívida que corresponde às empresas estatais.

Mas foi principalmente o não cumprimento de débitos e compromissos do governo federal com o estado, que levou o governo paulista a suspender o pagamento dos 25% das dívidas externas de suas estatais. Entre os débitos da União, Machado de Campos Filho mencionou uma dívida de aproximadamente CZ\$ 25 bilhões do setor siderúrgico, principalmente a Cosipa, com o estado. "Em maio do ano passado fomos informados de que essa dívida começaria a ser paga, mas até agora isso não ocorreu", disse ele.

"E São Paulo também tem um crédito de cerca de US\$ 1,5 bilhão com o setor energético, referente à Conta de Resultados a Companhias", acrescentou o secretário.

O governo paulista também ficou particularmente irritado com outras duas situações: o não equacionamento da dívida externa de US\$ 2,39 bilhões da Fepasa — o governo federal teria se comprometido nesse sentido —, e a retenção no

Banco Central (BC) de um empréstimo de US\$ 60 milhões obtido pelo governo de São Paulo no ano passado, junto ao Sawna Bank Ltd., japonês.

"Há dois anos a Fepasa firmou um protocolo com o governo, no qual a União se comprometeu a encontrar uma solução para a dívida externa da empresa com o aval da União", explicou o secretário. "Assinado na época pelos ministros da Fazenda, Planejamento e dos Transportes, o documento ficou pronto em março deste ano e recomendou que a Federação assumisse a dívida da Fepasa, recebendo em troca participação acionária na companhia. Só que o Ministério da Fazenda ainda não se pronunciou a respeito".

Com relação ao empréstimo retido no BC, Campos

Filho disse que os recursos tinham sido contratados junto ao banco japonês para rolagem da dívida externa das estatais, sem aval da União. "Esse dinheiro está parado no Banco Central", afirmou o secretário. "Embora o dinheiro tenha sido autorizado antes de sua captação, o BC agora está colocando empecilhos a sua liberação", criticou.

Machado de Campos Filho negou que esteja havendo confronto entre o governo do estado e o federal, mas admitiu a existência de conflitos entre "o segundo escalão do Ministério da Fazenda e a Secretaria da Fazenda de São Paulo". De acordo com ele, o bloqueio das contas das estatais no BB ainda não prejudicou a administração do estado, "mas fere a autonomia da nossa administração".